





Entrevista

YAQUB SIBINDY:

© PIMO – oração fúnebre a um caixão vazio



Yaqub Sibindy *O PIMO – oração fúnebre a um caixão vazio*

Entrevista conduzida por **Raúl Braga Pires**

12 de Fevereiro de 2008, Vila das Mangas, Maputo

A entrevista aqui publicada resume uma longa conversa com Yaqub Sibindy, líder fundador do PIMO. Os temas abordados neste resumo versam o processo de surgimento do partido, assumido claramente pelo seu líder como partido islâmico, a cooptação de um grupo de 20 muçulmanos influentes por parte da FRELIMO durante a primeira legislatura (1994/99) e a não *renovação de contrato*, por parte destes, para a segunda legislatura. Trata-se, portanto, da opinião de um convertido ao Islão, (sobrinho de Afonso Dhlakama), que luta pela sobrevivência política num país bipartidarizado e no seio de uma comunidade islâmica de domínio económico asiático.

Na transcrição do áudio para o papel, optamos por manter as expressões que ilustram a especificidade do português de Moçambique, bem como as emoções próprias do depoimento oral.

Surgimento do PIMO

Raúl Braga Pires (RBP) – Como surge o PIMO, Partido Independente de Moçambique?

Yaqub Sibindy (YS) – O PIMO surge porque acreditou que num processo democrático era importante que a laicidade do Estado fosse respeitada. É conhecida a aliança da Igreja em relação à RENAMO e qualquer moçambicano que viveu a transição do período pós-colonial e comunismo receava que num qualquer retorno a um Estado não laico que fosse ainda a Igreja a voltar ao poder. “*Cheirava*” muito isso em relação à RENAMO que tinha um suporte muito *mimoso* com a Igreja, conversações em Roma, tudo isso. Isso já estava a fazer com que, se aparecesse um Estado mais declaradamente católico, a conversão compulsiva ao cristianismo poderia ser uma das regras.

RBP – Mas o que é que isso tem a ver com o PIMO?

YS – Estou a tentar discriminar a motivação da existência do partido. O PIMO surge para tentar manter a laicidade e para evitar que os partidos políticos não fossem objecto de manipulação de uma determinada religião.

RBP – O PIMO surge como resposta à mediação que a Comunidade de St^o Egídio faz para a paz?

YS – Não, não, não é a questão da paz. Como sabemos, todos os muçulmanos a saudaram e não só. Os muçulmanos, dia e noite saúdam a paz. O que queria se evitar é o passado colonial. O colonialismo vinha concretamente aliado à Igreja Católica, para exterminar os muçulmanos e outras religiões, judeus, hindus, que não tinham



expressão, que não eram a religião oficial do Estado. Era para evitar que houvesse uma religião oficial do Estado.

RBP – Mas então o PIMO surge como resposta a uma hipotética ameaça católica?

YS – Não é bem católica. Era concretamente a ameaça do sistema colonial que acabou aliando-se a uma religião, que se tornou uma religião oficial em detrimento dos outros. Agora a existência dos católicos, isso não interessa ao PIMO porque estamos *amigados*. Os judeus, os hindus, as outras confissões religiosas são bem-vindas. O que temos que evitar é que uma determinada força política se alie ao poder religioso para exterminar outra religião. Esse é que é o maior erro...

RBP – Vocês sentiram uma ameaça.

YS – Essa ameaça não se sentiu por causa dos católicos, porque até hoje os católicos após a independência, a Igreja Católica após a independência, é uma igreja tipicamente moçambicana. E mais: uma igreja mais aceitável quando João Paulo II, o falecido Papa veio ao público admitir erros no passado e pediu desculpa pelo passado, pela sua aliança com o poder escravagista/colonialista. Ele reconhe-

ceu que isso não era a correcta conduta da Igreja e tranquilizou mais as pessoas. Até hoje nós lutamos por isso. Na realidade, não estão criadas condições em Moçambique para o Estado estar aliado a uma religião oficialmente. Nós queríamos evitar que, por exemplo, um senhorio concedesse o seu espaço a um sapateiro à saída do seu edifício. Ele está a descer a sua escada e um salto se estraga e ele pede àquele homem a quem concedeu o espaço para ver se lhe consertava o sapato. Vai a consertar e depois pergunta:

– “Quanto te pago?”

– “É pá, desculpa lá, não é nada.”

Nós queríamos é evitar isso. Uma religião, se vai apoiar um determinado partido político e esse partido político amanhã quando está no poder, se pedir favores...

RBP – Mas o que está a dizer é que quem aderiu ao PIMO supôs que a RENAMO iria ganhar as eleições e que por ser um partido de centro-direita, estaria apoiado pela Igreja Católica, nomeadamente pela Comunidade de Stº Egídio.

YS – Não, a Comunidade de Stº Egídio nunca foi vista até agora como uma ameaça política ou religiosa em Moçambique. É vista até como parceiro da paz e parceiro dos muçulmanos, mas o que é a ameaça é o saudosismo do sistema colonial.

RBP – Qual é o processo da formação do PIMO a partir daí? Porque o PIMO tem asiáticos no início depois deixa de os ter? Depois houve um grupo de muçulmanos influentes convidado a participar nas listas da FRELIMO, houve o “Movimento Islâmico” no Parlamento. Conte-me essa história toda, por favor.

YS – Pessoalmente sou antigo combatente, participei na guerrilha contra o colonialismo. Nessa altura não era mu-

çulmano. Era independente. Em 1986 converti-me ao Islão, entrei para a religião islâmica e fui vivendo como qualquer moçambicano, fui acompanhando as evoluções políticas. A guerra acabou, proclamou-se a época da paz, a democracia que teria uma nova Constituição, em 90, não é? E foi concretamente nessa altura quando começamos a fazer uma reflexão. Se o passado colonial voltar de novo como conduta do Estado, isso é mau, porque o mundo está a evoluir. Portanto ninguém pode ter religião mais forte em relação a outra à custa do Estado, ou da Constituição. Foi necessário tomar uma decisão, participar, não ser espectador. Nós como muçulmanos temos que participar como parte integrante nesta fase na Nação e só faz sentido participar quando a pessoa cumpre com as regras democráticas, enquadrado num partido, e o partido reivindicar o Poder de uma forma legal. Foi nessa base que concebemos o partido PIMO e eu fui seu fundador em 1993. O partido foi registado porque se identificou com esses parâmetros democráticos e foi aceite pela lei. Quando o partido surge a interpretar esses sinais todos, uma *camada* de muçulmanos ricos, comerciantes acharam que isso eram coisas de política, para os políticos. Ainda recordo as palavras do Amade Camal:

– “Olha, a minha política, como empresário, é negócios, não é nada disso aí. Quem está no Poder e quer vir ter comigo há-de vir ter, quem está no Poder e não quer vir ter comigo, não há-de vir ter! Não me quero ligar a ninguém.”

E o nosso ponto:

– “Porque nós somos muçulmanos, temos algo a esclarecer em relação ao passado, era bom se...”

– “Ah não, não, não. Se precisarem de uma caneta, eu dou, agora mais ...”

Quando se chegou à fase das eleições, parece que uma certa *peritagem* que dava

assistência ao partido do Poder, uma tal “Vox Populi” (uma máquina de propaganda brasileira) já tinha chamado a atenção. Nós temos aqui uma Constituição muito estranha em relação aos países que nos rodeiam.

Partido *Islâmico* de Moçambique

RBP – O PIMO é acusado de que o “I” não representa “Independente” mas “Islâmico”. Alguma vez houve essa ideia? É uma ideia enganadora? É uma ideia sedutora? Aquele “I” quer induzir que é “Independente” porque não se pode colocar “Islâmico”, porque a Constituição não deixa, mas não deixamos de ser islâmicos?!

YS – É bom essa pergunta ser colocada a mim. Acabei escrevendo, (posso lhe oferecer) uma obra que esclareceu a opinião pública, pelo menos o Parlamento Moçambicano que questionou isso. Eu fui a público, escrevi a esclarecer que sim. Se for partido islâmico não ofende a laicidade do Estado Moçambicano, porque a laicidade no islâmico não é impedir o seu parceiro de ser aquilo que ele pensa, mas sim dar-lhe apoio caso um muçulmano assumo o Poder. Tem até que mobilizar os recursos do Estado para poder sustentar a diferença do seu concidadão. Pode construir as igrejas, pode usar o erário público, o espaço público, queria dizer, para apoiar as religiões que não são islâmicas e isso prova-se durante a época da expansão islâmica. Se os muçulmanos, no tempo dos califados exterminassem os judeus, hindus e cristãos durante a conquista islâmica, então certamente que não teria restado nenhum vestígio da Igreja na Europa, nem na Ásia. O Estado Islâmico sempre respeitou as diferenças

porque o Alcorão diz que não há coacção na religião. Ninguém pode ser coagido a aderir ao Islão e nenhuma autoridade islâmica autoriza que a pessoa seja coagida por motivos sociais, ou porque queria emprego, ou porque queria uma posição no Estado. O Islão tem que ser construído no formalismo. Eu tive esta iniciativa e esclarecemos. O nosso Estado diz que não há partidos religiosos e o PIMO apareceu com “I”, de “Islâmico” para “Independente”, como forma de passar a sua mensagem. Mas podia-se admitir abertamente que há partidos religiosos: a África do Sul admite, o Malawi admite, Zâmbia admite e Zimbabwe, esses países de minoria islâmica, admitem. Não teria nenhum problema porque sendo mesmo “Islâmico” com “I” grande, ou “Independente” à sombra do “I”, tinha algo sustentado pelo Alcorão ou pelos *Hadiths*, que não sustentam que se exterminem os cidadãos não muçulmanos.

RBP – Mas, Yaqub Sibindy, neste momento está a assumir que o PIMO é um partido islâmico?

YS – Eu assumo o PIMO como partido islâmico. Moçambique como República Islâmica, não iria tirar nada, nadinha ao cidadão, daquilo que hoje o cidadão goza dos seus direitos. Assumo que se Moçambique for proclamada República Islâmica de Moçambique, o PIMO como Partido Islâmico de Moçambique, pelo contrário, garante que os direitos dos cidadãos serão aumentados – desde a mulher à criança, direitos de opção religiosa, etc.

RBP – A laicidade não garante nada que o Islão não possa garantir?

YS – Exacto.

* *Ditos e Feitos do Profeta*. As suas acções em vida têm um valor jurisprudencial de referência na mensagem canónica.

“Movimento Islâmico”, 20 Deputados

RBP – Como é que o Movimento Islâmico surge e como é que são feitos os convites para a adesão destes à FRELIMO?

YS – Quando o PIMO é registado como partido oficial e proclama a sua vontade de concorrer às eleições legislativas e eleições presidenciais, às quais fui candidato em 1994, a assessoria da FRELIMO apercebe-se que: “Olha, aqui há-de haver voto religioso”. E se esse voto religioso fosse esmagador, então a FRELIMO não ia passar. Mais uma vez, aquilo que evitaram, na transferência da capital para o sul, hoje voltou a ser ameaça na introdução do sistema democrático. Havia necessidade de fazer uma engenharia para alterar isso. Essa necessidade passou por evitar que houvesse um partido formalmente islâmico que concorresse às eleições. Mas houve um contorno no meio disto tudo e conseguiu-se colocar “Partido Independente de Moçambique”. Não se trata de uma hipocrisia, nem da minha parte, nem de ninguém do partido. Quem é independente, do ponto de vista islâmico é Deus; Allah é que é independente das suas criaturas e Islão também é “Paz”, um dos 99 atributos de Allah. Escrever “Partido Islâmico de Moçambique”, ou “Partido Independente de Moçambique”, perante *Shariat* (Lei Islâmica) não altera nada, não é hipocrisia nenhuma.

A engenharia política da FRELIMO achou melhor: faz-se uma terceira bancada. Assim surgiu a União Democrática: “negocia-se com os mais fortes do PIMO para eles integrarem a bancada da FRELIMO. Se se mostrarem esclarecidos na matéria, hão-de recusar integrar e hão-de querer ir sozinhos. Então não os deixem ir sozinhos.” Dão essa “assessoria” (sugestão) ao Chissano: “deixem-nos ganhar uma pe-

quena bancada na qual não tenham grande expressão, mas que fiquem contentes”, está a ver? Essa bancada mais tarde apa-receu com 9 deputados; que foi a União Democrática.

RBP – Mas eles são deputados indepen-dentes?

YS – São uma bancada...

RBP – Mas foram eleitos nas listas de quem?

YS – Nas listas democráticas... da União Democrática.

RBP – Mas a União Democrática é um par-tido que surge de onde?

YS – É uma coligação que surge entre os partidos políticos.

RBP – Mas uma coligação que surge entre quais partidos políticos, entre FRELIMO e RENAMO?

YS – Não, não, não.

RBP – A União Democrática não tem nada a ver com a União Eleitoral?

YS – Não, isso é uma outra coligação.

O que estamos aqui a fa-lar é de engenharias elei-torais. O esquema eleito-ral pode ser apresentado ao público e aquilo que for comandado aos com-putadores, dará o seu re-sultado. Pode ser a favor de si ou de mim, depen-de de quem opera.

RBP – Bem, mas a ver-dade é que foram guar-dados 20 lugares para os muçulmanos.

YS – Foram propostos para eles. Infelizmente a

FRELIMO foi enganada quando se deixou levar por racismo, na definição da lideran-ça do PIMO. Publicamente o Presidente do PIMO é Yaqub Sibindy e ele é que também é fundador do partido. A partir dali a FRE-LIMO foi negociar com agentes económi-cos *indianos* e esses agentes económicos conseguiram enganar o Chissano e a FRE-LIMO dizendo “olha aquele Sibindy que está aí, é uma pessoa simplesmente rebo-cada por nós que temos poder económico. A gente diz-lhe cala, ele cala, a gente diz corre, ele corre, a gente diz senta, ele sen-ta. Portanto, não é um político de inspira-ção independente e quem o está a finan-ciar somos nós”. Simplesmente estavam a mentir pois eu nunca recebi financia-men-to desses senhores. Então, como eles que-riam ameaçar o Chissano porque tinham muito dinheiro que poderiam injectar no PIMO. O PIMO poderia ser o partido mais forte porque tem uma base eleitoral mui-to forte: “ou você negocia connosco ou a gente rebenta contigo”.

RBP – Houve um *bluff*, uma desinforma-ção.

YS – Sim. Então o Chissano aceitou fazer um acordo com os comerciantes e pergun-



ta quem está atrás do PIMO. Os comerciantes respondem: “se não lhe dermos dinheiro ele vai morrer por si próprio”.

RBP – Portanto há um acordo: ao serem oferecidos assentos parlamentares àqueles comerciantes muçulmanos influentes estava implícito o fim do PIMO.

YS – Esse foi o negócio. Vocês matam fisicamente o PIMO e ocupam 20 assentos no Parlamento. Olhe, eu estou-lhe a dar esta declaração pública com muita segurança porque fui cristão e, pelas circunstâncias, passei pelo comunismo também. Tive uma experiência viva. Quando o Chissano tomou essa decisão, eu em 1995, comecei a pensar “o que é que eu posso fazer por esse país?” O país sofreu uma guerra de desestabilização, uma guerra que não poupou infra-estruturas, o povo está pobre. Mesmo como perdedor, eu tenho que participar e comecei a tentar ver qual o apoio que poderia trazer para Moçambique. Então o partido PIMO tomou a decisão de mobilizar países árabes, países islâmicos e de vender a imagem de que este país poderia ser membro da Organização da Conferência Islâmica (OCI), de modo que os fundos desses países pudessem também ajudar o desenvolvimento e a reconstrução económica deste país. Então, em Março de 1995, viajei para os países árabes, para certos países islâmicos. Estas visitas culminaram com o reatamento de relações diplomáticas, e hoje Moçambique é membro da OCI. O primeiro relatório que trouxe, depusitei nas mãos do Presidente Chissano. Veja, para os meus compatriotas que estão a ocupar os 20 assentos, eu era um cadáver declarado, mas este cadáver, que a FRELIMO queria ver *morto* (e que os meus colegas também assim queriam ver) trouxe uma oportunidade para o meu adversário. Disse-lhe “o senhor pode contar com o apoio destes países”. Dei-lhe todos os contactos necessários. Com esses contactos, o Chis-

sano como Chefe de Estado respondeu: “será que desta vez os árabes vão corresponder à cooperação connosco? Porque eu fiquei 10 anos como Ministro dos Negócios Estrangeiros e o único país que correspondeu foi o Egipto. Os outros países são todos muito cínicos. Será que dessa vez é possível nós entrarmos na ribalta?” E eu respondi-lhe, “Senhor Presidente, eu estou disponível para cooperar, os contactos estão aqui, o senhor avança e se precisar eu estou disponível. Tenho a certeza, como muçulmano de que os países árabes vão apreciar a situação de Moçambique e que Moçambique pode entrar seguramente na OCI e ser um dos membros beneficiários dos fundos desta organização.”

RBP – E foi?

YS – Hoje é. Foi então que surgiu a lista do “Movimento Islâmico”: uma forma de se distanciar do PIMO. Ora foi “Frente Islâmica”, ora foi “Movimento Islâmico”. Então, os 20 assentos... primeiro surgiu a carroça e depois é que passou o burro... primeiro surgiu o poder político e depois é que foram fundar o partido que não existia. Fundaram o “Movimento Islâmico”, a imitar os argelinos, a “Frente Islâmica”...

RBP – Sim, mas isso foi mais tarde em 1999, não é?

YS – Não, não, entre 1994 e 1999 tivemos essa situação. A FRELIMO admitia isso e, como forma de provar que a aliança deles com os deputados poderia chegar à esca-la que fosse, porque ele como partido do poder fazia passar, introduziram também feriados islâmicos.

Surgem deputados e surgem ministros. Por exemplo, o Sr. Dr. José Abudo, muçulmano convicto e praticante. Em caso de vitória eleitoral, formaríamos Governo mas tínhamos que ter quadros. Dentro desses quadros mencionávamos o nome do Dr. Abudo como Chefe do Governo e

surgiram mais outros: Ayres Ali Abdul Razaque, etc. Então a FRELIMO, repescando esses quadros todos, cooptou-os para evitar que houvesse resposta desses intelectuais pois iriam continuar a trabalhar na imagem do PIMO e o PIMO continuaria a fazer muita força. Só para dizer o seguinte: o PIMO não se declara como partido morto. Pelo contrário, eu posso dizer que fizeram o *salat janazah* (oração fúnebre) a um caixão vazio.

(Risos)

RBP – Estamos aqui a falar de dois negócios. Um negócio era o de “você, 20 deputados, 20 comerciantes influentes aderem à FRELIMO e liquidam-se fisicamente o PIMO”; por outro lado os muçulmanos também estavam convencidos de que esta oportunidade que lhes era dada lhes iria permitir por iniciativa parlamentar consagrar legalmente os 2 Eids como feriados nacionais.

YS – A ideia de que tudo era troca de favores. Aquela bancada, portanto a sub-bancada, o nome melhor que merece é esse, tinha que provar alguma coisa à comunidade islâmica, que reivindicava direitos políticos. A FRELIMO dá esse recurso como esmola, mas no fundo de tudo isso estava o quê? Estava a troca de favores nos negócios porque aquele grupo dos 20 foi ganhando simpatias e hoje estão bem posicionados economicamente. Porque, como camaradas, tinham privilégios, que lhes permitem fazer melhor negócios que qualquer outro cidadão. Mas esse interesse é mais particular do que público e publicamente tinham que arranjar um argumento que se chamaria de “Eids Feriados Islâmicos”. Só lhe quero dizer o seguinte: quando fizeram a oração fúnebre a um caixão vazio, isso custou-lhes muito caro. Já em 1999 o partido FRELIMO analisou e concluiu o seguinte: parece que os senhores estão sendo hipócritas con-

nosco, apoiam o PIMO de noite mas de dia sentam-se connosco e dizem “viva a FRELIMO e abaixo o PIMO”.

RBP – Mas eles apoiavam-no “à noite”?

YS – Não apoiavam como até hoje nunca apoiaram. Só quero dizer que o PIMO foi um partido que foi fundado com os seus próprios argumentos e tem as suas próprias motivações e são essas motivações que mesmo sem nenhum financiamento planificado, conseguem fazer passar a sua voz. E nós provamos que o caixão estava vazio, quando continuamos a fazer política que dividiu a bancada da FRELIMO. Como puderam garantir que o PIMO vai desaparecer se eles continuam a falar?

RBP – Ah e por isso não renovaram em 1999?

YS – Exactamente. Foi quando eu esclareci num livrinho...

RBP – Então você é que fez o *Janazah* deles?

YS – Pelo contrário, em vez de ser eu enterrado, acabaram por serem enterrados por mim! Eles como sub-bancada desapareceram e o PIMO ainda hoje continua!

Nazir Loonat vs. Amade Camal

RBP – Havia duas grandes rivalidades na tal sub-bancada: Nazir Loonat e Amade Camal.

Nazir Loonat é um indiano e Amade Camal é um mulato. Sem racismos.

(Pausa de Sibindy para reflectir um pouco)

YS – Isso é um facto real. Eu quero dizer o seguinte, a informação de que o PIMO com Yaqub Sibindy podia exercer uma nego-

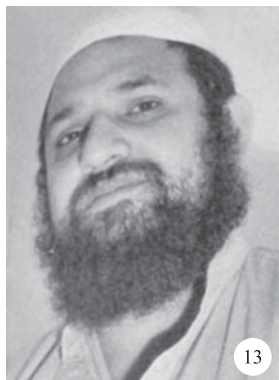
ciação séria com o partido FRELIMO – ou teria uma pequena bancada independente, ou teria uma integração de 20 assentos – foi da responsabilidade de uma figura indiana e agente económico, amigo da FRELIMO.

(Nova pausa para reflectir)

O Sr. Yaqub Loonat, pai do Maulana Nazir Loonat, é que aparece como o maior dinamizador deste negócio da integração de 20 deputados. Havia necessidade de *apretizar* (sic) o grupo para as pessoas não acharem que a liderança islâmica exclui os nativos. Foi quando conseguiram convencer o Amade Camal. Veja-se aquela declaração do Amade Camal quando diz: “Sibindy, eu não quero nenhum partido político. O meu partido é o meu negócio, não voto em nenhum partido, portanto para negócios falamos comigo”. Portanto, os lucros de Amade Camal não significavam interesse em nenhum partido político. Foi na altura que estávamos a fazer as listas para a formação do PIMO. Mas o mesmo Amade Camal, contactado já com ingredientes de negócios, ia a deputado. O PIMO discrimina os negros, Sibindy e a sua ala.

RBP – Então era o PIMO...

YS – Na maneira indiana. Foi desta forma que o Camal aceitou, mas quando chegou lá encontrou outro ambiente. O Camal pecou porque quando ele foi convidado deveria ter calado a boca. Mas o Camal chegou lá



e tentou tomar iniciativas: “somos um grupo, ninguém é líder aqui, somos todos uma liderança.” Na verdade ele era um hóspede que queria ocupar o espaço do dono da casa e isso provocou as fissuras, que fizeram cair esta muralha.

RBP – Também partilham a mesma casa religiosa, pertencem ambos à Mesquita da Polana. Um é um clérigo influente, de nomeada, Nazir Loonat: é o Imam da Mesquita, um líder religioso. O Amade Camal é o Vice-Presidente da Direcção da Mesquita e um empresário influente. É, digamos, o homem que paga as contas da água e da

luz da mesquita, enquanto o outro é o líder religioso.

YS – Não, a maioria das despesas daquela mesquita sempre foi paga com fundos asiáticos. O Camal, o que fez concretamente? Encontrou a *papa feita* e quis usar. Foram estratégias políticas infantis, não é?



RBP – Mas a *papa feita* é o quê, a mesquita?

YS – A mesquita. Olha, essa gente pôs a carroça à frente do burro.

RBP – Mas quem é essa gente?

YS – Esses 20 deputados. Porquê? Primeiro ganharam assentos e mais tarde quiseram formar um partido, uma força política, que não fosse 100% da FRELIMO e que é que acontece? Esses 20 deputados estão na FRELIMO e não estão a defender

a causa dos muçulmanos, estão a defender a FRELIMO. Estão dirigidos na base dos estatutos da FRELIMO, são um instrumento na bancada da FRELIMO, nada de querer vir cá ao público defender os muçulmanos. Então isto esvaziava-os. Eles tinham que procurar criar alguma força política própria e dizer que eram donos daquela bancada. Normalmente nasce um partido político, o partido político ganha assentos e começa a trabalhar; eles primeiro ganharam os assentos e queriam de alguma forma fazer uma força política. É nesta fragilidade que há uma crise de liderança, porque não se conheciam entre eles. Fazer um partido político não é uma coisa fácil. Ora de dia aparece como “Frente Islâmica”, ora muda para “Movimento Islâmico”, nunca dando cartas de quem é líder.

RBP – Mas voltando atrás; é o que se passa na Mesquita da Polana que se reflecte no Parlamento, ou é o que se passa no Parlamento que se reflecte na Mesquita da Polana?

YS – Depois de terem 20 lugares, eles deviam aprovar um líder independente. O núcleo aparentemente estava em redor de Maulana Nazir, por ser um líder religioso. Mas ele só tinha essa liderança na Polana, ele era Imam na Polana e acontece que esse grupo deu o sinal de que eles partiam daqui, daquela coisa da Frente Islâmica. Acontece que o Camal, que também não queria ficar atrás, já era por coincidência Vice-Presidente da Direcção desta mes-

quita. O Presidente era uma pessoa frágil e cansada, até vem a falecer depois. Foi quando o Camal também reclamou: “não, este lugar aqui também me interessa, também sou líder”. Ambos apareciam em primeiro lugar e começaram o *bajulismo* no sector político a querer queimar-se um ao outro e envolvendo uma série de situações perigosas e muito racismo.

RBP – Porque é que os deputados do grupo dos 20 não renovaram na segunda legislatura e o Ministro Abudo renovou na segunda legislatura?

YS – O grupo dos 20 continuou a fazer a sua aliança; aqueles que têm negócio fazem os seus negócios. Não renovaram na segunda legislatura, porque a FRELIMO viu que os muçulmanos não são uma ameaça política. São uma comunidade grande, numerosa, mas não representam ameaça do ponto de vista político, porque estão divididos, não têm liderança. O Ministro Abudo renovou, porque era um recurso eleitoral importante: é natural da Província de Nampula.

RBP – Quais são os planos do PIMO neste momento?

YS – O PIMO está agora integrado numa coligação, que lidera e que dá pelo nome de “Bloco da Oposição Construtiva” e temos assento parlamentar como observador. Também estamos envolvidos no projecto “Fundação Moçambique Contra a Pobreza”. Vamos continuar a lutar e a provar que o caixão continua vazio.